

Marumbi Transmissora de Energia S.A.

Relatório sobre a aplicação de Procedimentos Previamente
Acordados para Atendimento ao Despacho ANEEL Nº 1.023/13
relativo ao Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das
Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR - determinado
pela Resolução ANEEL nº 396/10

Data-base 31 de dezembro de 2016

Marumbi Transmissora de Energia S.A.

Relatório de procedimentos previamente acordados – Referente às Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR

Data-base 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório de procedimentos previamente acordados

Anexo I – Demonstrações contábeis regulatórias

Anexo II – Cópia do termo de responsabilidade

Anexo III – Cópia da carta de responsabilidade

Anexo IV – Programa de trabalho detalhado revisado

Relatório sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados referente às Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR

Aos Conselheiros e Diretores da
Marumbi Transmissora de Energia S.A.
Curitiba – PR.

Prezados Senhores

1. Aplicamos os procedimentos determinados no Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR, emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira SFF, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio do Despacho

I – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Marumbi Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras regulatórias em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Balanço patrimonial	12
Demonstração do resultado	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras regulatórias	16 - 24

MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
C.N.P.J./M.F. 14.507.191/0001-97
CURITIBA - PR
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SOCIETÁRIAS

	Nota de Ajustes	2016			2015		
		Regulatório	Ajustes CPCs	Societário	Regulatório	Ajustes CPCs	Societário
ATIVO							
Circulante		5.639	(6.975)	12.614	3.778	(5.709)	9.487
Outros ativos circulantes não afetados							
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.324	-	3.324	1.970	-	1.970
Cliente	5	2.252	-	2.252	1.786	-	1.786
Tributos a recuperar		10	-	10	12	-	12
Outros créditos		53	-	53	10	-	10
Ativo Financeiro		-	(6.975)	6.975	-	(5.709)	5.709
Não circulante		2.342	(170.892)	173.234	2.206	(152.589)	154.795
Depósitos vinculados		2.342	-	2.342	2.206	-	2.206
Ativo financeiro da concessão		-	(170.892)	170.892	-	(152.589)	152.589
Investimentos							
Imobilizado	6	124.949	124.908	41	122.760	122.720	40
Em serviço		109.006	108.978	28	99.898	99.870	28
(-) Reintegração Acumulada		(5.945)	(5.941)	(4)	(1.123)	(1.119)	(4)
Intangíveis		18.476	18.460	17	18.443	18.427	16
Em curso		3.411	3.411	-	5.542	5.542	-
			-			-	
Em serviço		103.062	103.038	24	98.775	98.775	-
Em curso		3.411	3.411	-	5.542	5.518	24
Intangíveis		18.476	18.460	17	18.443	18.427	16
TOTAL DO ATIVO		132.930	(52.959)	185.889	128.744	(35.578)	164.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
C.N.P.J./M.F. 14.507.191/0001-97
CURITIBA - PR
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SOCIETÁRIAS

	Nota de Ajustes	2016			2015		
		Regulatório	Ajustes CPCs	Societário	Regulatório	Ajustes CPCs	Societário
PASSIVO							
Circulante		13.832	(3.928)	17.760	12.862	(3.876)	16.738
Passivos regulatórios							
Outros passivos circulantes não afetados							
Fornecedores	7	6.900	-	6.900	7.219	-	7.219
Financiamentos	9	5.190	-	5.190	5.147	-	5.147
Obrigações sociais e fiscais	8	199	-	199	220	-	220
Dividendos		878	(3.928)	4.806	-	(3.876)	3.876
Encargos Setoriais		666	-	666	276	-	276
Não circulante		47.587	(6.344)	53.931	47.549	(5.142)	52.691
Passivos regulatórios							
Outros passivos circulantes não afetados							
Financiamentos	9	43.171	-	43.171	47.532	-	47.532
Impostos diferidos		17	(6.344)	6.360	17	(5.142)	5.159
AFAC	10	4.400	-	4.400	-	-	-
Patrimônio líquido		71.510	(42.687)	114.198	68.333	(26.560)	94.893
Capital Social	11	68.691	-	68.691	68.691	-	68.691
Reserva legal		185	(2.331)	2.516	-	(1.504)	1.504
Reserva de lucros a realizar		-	(28.573)	28.573	-	(13.070)	13.070
Lucro / Prejuízos a disposição da assembleia		2.634	(11.783)	14.418	(358)	(11.986)	11.628
TOTAL DO PASSIVO		132.930	(52.959)	185.889	128.744	(35.578)	164.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
C.N.P.J/M.F. 14.507.191/0001-97
CURITIBA - PR
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO RESULTADO REGULATÓRIO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SOCIETÁRIAS

	2016			2015		
	Regulatório	Ajustes CPCs	Societário	Regulatório	Ajustes CPCs	Societário
Receita operacional líquida	17.514	(20.045)	37.559	6.976	(40.717)	47.693
Custo de construção	-	7.490	(7.490)	-	24.531	(24.531)
Lucro bruto	17.514	(12.555)	30.069	6.976	(16.186)	23.162
Despesas operacionais						
Despesas gerais e administrativas	(4.396)	-	(4.396)	(2.134)	(1)	(2.133)
Depreciação e Amortização	(4.845)	(4.826)	(19)	(1.119)	(1.119)	-
Lucro/Prejuízo antes do resultado financeiro e imposto	8.273	(17.381)	25.653	3.723	(17.306)	21.029
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	485	-	485	1.300	206	1.094
Despesas financeiras	(42)	-	(42)	(23)	-	(23)
Encargos da dívida	(4.039)	-	(4.039)	(3.704)	-	(3.704)
	(3.596)	-	(3.596)	(2.427)	206	(2.633)
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	4.677	(17.381)	22.058	1.296	(17.100)	18.396
Imposto de renda e contribuição social						
Corrente	(635)	-	(635)	(604)	(13)	(591)
Diferido	13	1.200	(1.187)	(14)	1.472	(1.486)
	(622)	1.200	(1.822)	(618)	1.459	(2.077)
Lucro/Prejuízo do exercício	4.055	(16.180)	20.235	678	(15.641)	16.319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ 14.507191/0001-97
CURITIBA - PR
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS 2016
(Em milhares de Reais)

Discriminação	Reserva de Lucros				Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserv a Legal	Lucro / Prejuízos Acumulados	Lucros a Disp. da Assembleia	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	35.179	-	(859)	-	34.320
Capital subscrito	33.512	-	-	-	33.512
Lucro Líquido do Exercício	-	-	(859)	1.360	501
Saldos em 31 de dezembro de 2015	68.691	-	(1.718)	1.360	68.333
Compensação do prejuízo do exercício anterior	-	-	1.718	(1.718)	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	4.055	4.055
Destinação Reserva Legal	-	185	-	(185)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	(878)	(878)
Lucro líquido a disposição da AGO	-	-	2.634	(2.634)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	68.691	185	2.634	-	71.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

1 - Contexto operacional

A **Marumbi Transmissora de Energia S.A.** é uma companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ sob nº 14.820.785/0001-53, e Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE sob nº 41300083843, com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua Comendador Araújo nº 143, bairro Centro, CEP 80420-000, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 008/2012 – ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público de Transmissão outorgada pelo Decreto s/nº, de 16 de abril de 2012, publicado no Diário Oficial de 17 de abril de 2011, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas no Anexo 6F do Edital do Leilão nº 06/2011 – ANEEL – “Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão”.

A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas por: LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste, CS, 29,04 km; e SE 525/230 kV Curitiba Leste (3 +1 res.) x 224 MVA.

Subestação Curitiba Leste: trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 1,5 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Uberaba - Posto Fiscal e a subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das subestações Uberaba e Posto Fiscal. Os equipamentos e instalações descritos neste parágrafo serão transferidos para a COPEL-GT, concessionária da linha de transmissão que será seccionada, conforme disposto na Resolução Normativa nº. 67/2004.

Subestação Curitiba Leste: trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 7,5 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Santa Mônica - Distrito Industrial de São José dos Pinhais e a subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das subestações Santa Mônica e Distrito Industrial de São José dos Pinhais.

Instalação de 02 (dois) conjuntos de Bancos de Capacitores de 100 MVar em 230 kV e conexões na Subestação CURITIBA LESTE 525kV, localizada na Rua João Bortolan, sem número, localidade de Capão Grosso, Colônia Murici, no município de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná.

A ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 4.807, datada de 26.08.2014 a qual foi publicada no Diário Oficial da União no dia 04 de setembro de 2014, autorizando a MARUMBI, a implantar reforços nas instalações de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade, especificamente: a instalação de 02 (dois) Bancos Capacitores 230 kV, 2x100 MVar e conexões, na Subestação Curitiba Leste e incrementou proporcionalmente este investimento na Receita Anual Permitida – RAP. O investimento está estimado em R\$ 14,88 milhões, a preço de setembro de 2014, já adotando o REIDI (descontando os tributos PIS e COFINS e inclusão do DIFAL).

A Companhia entrou em fase operacional, com a energização da Subestação e da Linha de Transmissão realizada na data de 28 de junho de 2015 recebendo a sua primeira Receita em agosto de 2015 referente ao período de julho de 2015.

2 - Apresentação das demonstrações financeiras regulatórias

As demonstrações financeiras regulatórias da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação regulatória brasileira, as orientações, as interpretações e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e ANEEL – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A preparação das demonstrações financeiras regulatórias de acordo com as normas contábeis brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 - Principais práticas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis foram observadas as seguintes práticas contábeis:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço de 31 de dezembro de 2015.

b) Receita de aplicação financeira

A receita de aplicação financeira é reconhecida em base *pro rata dia* com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros.

c) Apuração de resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

d) Forma de tributação

A forma de tributação optada foi pelo lucro presumido, tributando na fase do desenvolvimento do projeto, sendo tributa somente a receita financeira sobre os valores resgatados.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f) AFAC

Os Aportes de capital foram efetuados na modalidade de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.Dez 2016</u>	<u>31.Dez 2015</u>
Banco conta movimento e fundo rotativo de caixa	27	116
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>3.297</u>	<u>1.854</u>
	<u>3.324</u>	<u>1.970</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro. As aplicações foram remuneradas na taxa de 100,5% aplicado na remuneração destacada da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31.12.2016.

5 – Clientes

Em junho de 2015 a Companhia iniciou sua operação comercial. O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, emite, a partir do mês de entrada em operação, avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos - AVC, mensalmente, provenientes do contrato CPST n. 014/2012. Deste AVC emitido pelo ONS, incide os encargos setoriais, tais como: Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D (1% da Receita Operacional), onde subdividem-se em:

P&D (40%), Ministério de Minas e Energia – MME (20%) e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT (40%); Reserva Global de Reversão – RGR (2,6% da Receita Operacional); e Taxa de Fiscalização ANEEL (0,4% da Receita Operacional).

Faturamentos Em R\$/Mil	31.Dez 2016	31.Dez 2015
à vencer	2.151	1.711
Vencidos		
de 1 a 30 dias	11	10
de 31 a 60 dias	4	1
de 61 a 90 dias	2	6
acima de 90 dias	84	58
	2.252	1.786

6 - Ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui os seguintes valores contabilizados no imobilizado extraído por meio das fichas analíticas de razão resumimos a movimentação abaixo:

Composição do Imobilizado	2016 Dezembro	2015 Dezembro
Transmissão		
Ativo imobilizado em curso	3.411	5.542
Servidões e indenizações	3.411	-
Ampliação banco de capacitores	-	5.542
Ativo imobilizado em serviço	103.038	98.751
Terreno	1.690	1.690
Edificações	13.653	12.243
Máquinas e Equipamentos	93.635	85.937
(-) Depreciação acumulada	(5.941)	(1.119)
Intangível	18.476	18.443
Administração		
Ativo Imobilizado em serviço	24	24
Ativo Imobilizado em serviço	28	28
(-) Depreciação acumulada	(4)	(4)
Ativo imobilizado total	124.949	122.760

Dessa forma, podemos sumariar a variação líquida de R\$ 124.949 milhões no Imobilizado.

7 - Fornecedores

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados à atividade da Companhia.

	<u>31.dez 2016</u>	<u>31.dez 2015</u>
Materiais	107	3.364
Serviços	3.382	3.855
Pagamento ações judiciais	<u>3.411</u>	<u>-</u>
	<u>6.900</u>	<u>7.219</u>

Além de materiais e serviço, a Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da administração, para contingências fundiárias, aonde serão provável que uma saída de recursos envolvendo ações judiciais, relativas as servidões de passagem das propriedades atingidas pela Linha de Transmissão, seja necessário para liquidar as obrigações e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisaram suas estimativas e consideraram as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos.

8 - Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31.Dez 2016</u>	<u>31.Dez 2015</u>
Impostos	196	218
Contribuições Sociais	<u>3</u>	<u>2</u>
	<u>199</u>	<u>220</u>

9 - Financiamentos

	<u>31.dez 2016</u>	<u>31.dez 2015</u>	<u>Valor Contratado</u>	<u>Valor Liberado</u>	<u>Encargos Juros</u>	<u>Parcelas Qtd.</u>
BNDES Sub-crédito A - TJLP	31.752	33.806	33.460	33.460	2% a.a. + TJLP	168
BNDES Sub-crédito B	<u>16.609</u>	<u>18.874</u>	<u>21.577</u>	<u>19.520</u>	<u>6% a.a.</u>	<u>106</u>
	<u>48.361</u>	<u>52.680</u>	<u>55.037</u>	<u>52.980</u>		
Curto prazo	5.190	5.148				
Longo prazo	43.171	47.532				
Taxa média mês	0,68%	0,65%				

O financiamento do BNDES de número Decisão de Diretoria de 585/2014, de 8 de julho de 2014, para abertura de crédito no valor de R\$ 55.037.410,00 (cinquenta e cinco milhões, trinta e sete mil e quatrocentos e dez reais), dividido em 2 (dois) Subcréditos nos seguintes valores e prazos:

I. Subcrédito “A”: R\$ 33.460.330,00 (trinta e três milhões, quatrocentos e sessenta mil, trezentos e trinta reais) em 168 (Cento e Sessenta e Oito) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas.

II. Subcrédito “B”: R\$ 21.577.080,00 (vinte e um milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil e oitenta reais) em 106 (Cento e Seis) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas.

Os juros sobre o principal da dívida relativo ao subcrédito “A” incidirão juros de 2% ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil e os juros sobre o principal da dívida relativo ao subcrédito “B” incidirão juros de 6% ao ano (a título de remuneração).

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do financiamento do BNDES, até a final liquidação de todas as obrigações, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, os intervenientes COPEL GeT e ELETROSUL, acionistas da Marumbi, dão em garantia, em favor do BNDES a totalidade das ações de emissão da Marumbi.

10 - AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

	<u>31.dez</u> <u>2016</u>	<u>31.dez</u> <u>2015</u>
AFAC - Copel	3.520	-
AFAC - Eletrosul	<u>880</u>	<u>-</u>
	<u>4.400</u>	<u>-</u>

11 - Patrimônio líquido

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 68.690.963,00 (Sessenta e Oito Milhões e Seiscentos e Noventa Mil Novecentos e Sessenta e Três Reais), dividido em 68.690.963 (Sessenta e Oito Milhões e Seiscentos e Noventa Mil Novecentos e Sessenta e Três) ações ordinárias sem valor nominal.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 37 do Estatuto Social e o artigo 193 da lei societária.

Reserva de Lucros a Realizar

A reserva de lucro a realizar foi constituída para não distribuir dividendos obrigatórios sobre a parcela do lucro ainda não realizado financeiramente (apesar de contábil e economicamente realizada) pela companhia.

Destinação do Lucro do Período

O lucro do exercício, neste ano, evidenciou as mutações nos resultados acumulados, onde as receitas provenientes dos ativos financeiros e da operação pelo uso do sistema de transmissão foram superiores aos custos/despesas.

	31.Dez 2016
Lucro do período	4.055
Prejuízo do exercício anterior	(358)
Reserva legal	5%
Constituição de reserva legal	(185)
	3.512
Dividendos propostos	(878)
Lucro a disposição da assembléia	<u>2.634</u>

Curitiba, 27 de janeiro de 2017.

Conselho de Administração

Cláudio Bragança M. Falcão
Presidente do Conselho de Administração

Ilmar da Silva Moreira
Conselheiro

Adriano Pauli
Conselheiro

Diretoria Executiva

Alfonso Schmitt
Diretor Presidente

Valdenir José Bertage
Diretor Administrativo-Financeiro

Contador

William Rodrigo Cardoso
Contador CRC/SC nº 021528/O-8